

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

*The importance of communication in the development of higher education
institutions in Angola*

KIMBANDA, Francisco¹, LUÍS, Marco², MORGADO, Elsa³, & GOUVEIA, Luís Borges⁴

Resumo

Aborda-se a possível, relevância do género documental, no processo de ensino-aprendizagem das ciências, a partir dos conceitos de pedagogia, didáctica e comunicação. Atenta-se, ainda, ao *estado da arte*, no que a este aspecto diz respeito e no contexto da República de Angola e das suas províncias. Olha-se para a Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM), como Instituição atenta às exigências dos novos tempos e adequação à realidade angolana, e aos seus múltiplos problemas, mas igualmente oportunidades, sem perder de vista os seus fins e, ainda, a observância dos cânones internacionais, sem numa óptica de investigação científica pioneira, como um dos três pilares das Instituições do Ensino Superior (IES).

Abstract

It addresses the possible relevance of the documentary genre in the teaching-learning process of science, based on the concepts of pedagogy, didactics and communication. Attention is also paid to the state of the art in this regard and in the context of the Republic of Angola and its provinces. We look at the Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM), as an institution attentive to the demands of the new times and adaptation to the Angolan reality, and to its multiple problems, but also opportunities, without losing sight of its ends and, still, the observance of international canons, without a perspective of pioneering scientific research, as one of the three pillars of Higher Education Institutions (HEIs).

Palavras-chave: *Ensino-aprendizagem; Investigação; Ensino Presencial; Ensino Não Presencial.*

Keywords: *Teaching-learning; Investigation; Face-to-face teaching; Non-classroom teaching.*

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

¹ FRANCISCO CAHUCO KIMBANDA - Escola Superior Pedagógica do Bengo, ANGOLA. E-mail: franciscojacucha1@hotmail.com

² MARCO PAULO DE ALMEIDA LUÍS - Escola Superior Pedagógica do Bengo, ANGOLA. E-mail: mpaluis@gmail.com

³ ELSA MARIA GABRIEL MORGADO – Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos da Universidade Católica Portuguesa, IPB, UTAD. PORTUGAL. Email: elsagmorgado@gmail.com.

⁴ LUÍS BORGES GOUVEIA – Universidade Fernando Pessoa, PORTUGAL. E-mail: lmbg@ufp.edu.pt

1. INTRODUÇÃO

A República de Angola vive, atualmente, e desde meados do ano de 2014, uma fase algo conturbada da sua, ainda, recente História, enquanto nação soberana, fruto da já chamada “crise do petróleo barato” que se repercute, invariavelmente, numa “despolarização” imprevista e bastante acentuada que causa agora graves transtornos ao país. Tal sucede, logo após uma outra fase, também recente e, ainda, mais feliz desta enorme nação africana da zona subsaariana, repleta de enormes realizações, em quase todos os domínios de atividade, como o demonstram os principais indicadores macroeconómicos internacionais e apenas propiciados por década e meia de paz e por um investimento acertado, através de políticas públicas e privadas concertadas, “ancoradas” na extração dos seus recursos naturais. Angola começava, finalmente, a alcançar as bases para o seu desenvolvimento, com investimentos vultuosos não apenas nas infraestruturas, como igualmente nas áreas das obras públicas, saúde, educação, justiça, emprego, turismo, agropecuária, etc.

No entanto, o abrandamento generalizado no crescimento da economia mundial, apenas atenuado (em grande parte) pela China, até certa altura, acabou por provocar impactos negativos em Angola, economia muito dependente das receitas do petróleo e seus derivados. Urge assim, e agora, a racionalização dos seus recursos (financeiros, materiais e humanos), bem como a recalendarização das principais obras do executivo angolano, numa esperança de melhores dias e de novas oportunidades para o relançamento da economia que afeta não apenas os cidadãos nacionais, como todos os residentes neste grande país, tão carente de hospitais, centros de saúde, escolas, bibliotecas, museus, arquivos, armazéns hortofrutícolas, pontes, estradas, ferrovias e demais equipamentos estruturantes.

No sentido do que atrás se enunciou, pensa-se estarem criadas as condições mínimas para que Angola se continue a desenvolver, muito embora não já nos moldes anteriores, mas com base na inovação, na criatividade e no conhecimento das suas gentes. Neste particular, as Instituições de Ensino Superior (IES) são, pois, chamadas à liça, como *stakeholders* imprescindíveis para este desiderato. E a questão-problema coloca-se, em forma de oportunidade:

Como pode uma Nação continuar a desenvolver-se sem, contudo, manter a aposta na criação de nova tecnologia de comunicação e informação bem como estruturas educativas com maior qualidade para dignificar o próprio ensino?

A resposta a esta questão investigativa de partida, deveras actual, como se viu, não é fácil de ser dada, cabendo porém à classe docente, em geral, e aos investigadores do Ensino Superior, em particular, o apontar de (possíveis) vias de solução, uma vez que aos poderes político e financeiro caberá a sua resolução concreta, muito embora alicerçada nos estudos científicos daqueles. Deste modo, está a decorrer, desde 2014, um estudo de caso na Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM), o qual tem como objetivos gerais os seguintes:

- 1) Estudar a influência do Ensino Não Presencial (ENP), por comparação com o Ensino Presencial (EP), no rendimento e sucesso escolar dos alunos;
- 2) Investigar quais as melhores práticas, em termos de eficácia e eficiência, a serem implementadas no ENP.

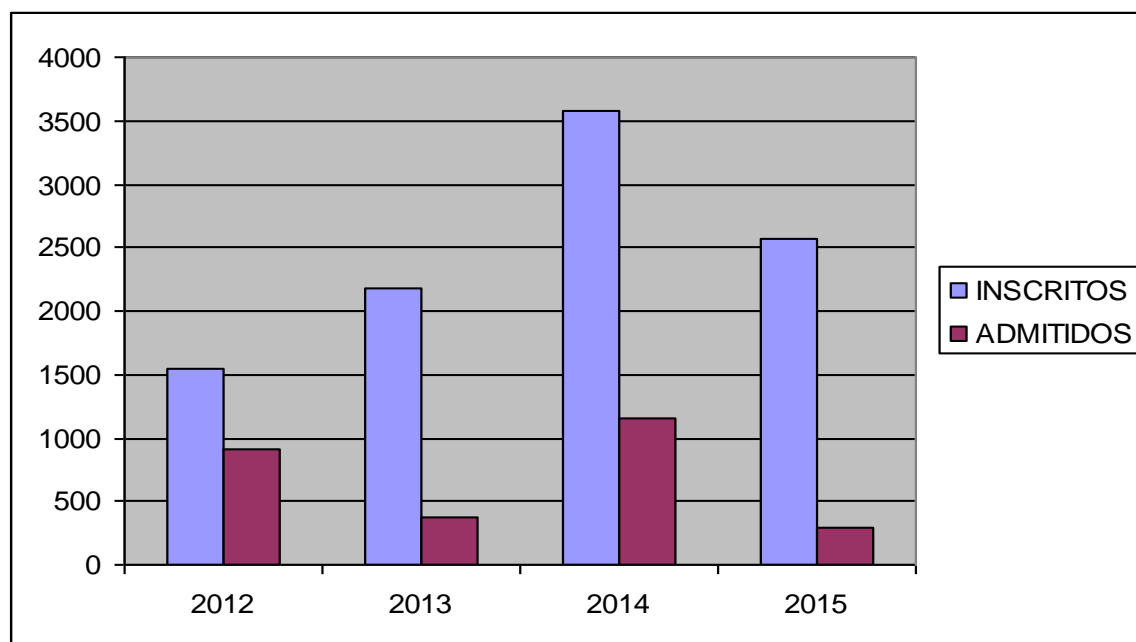
2. O CONTEXTO

O Ensino Superior na província de Malange iniciou-se no ano de 2009, com o Decreto n.º 05/09, de 07 de abril, o qual permitiu a deslocalização e descentralização da Universidade Agostinho Neto (UAN), até então a única IES pública, da República de Angola, criando-se oito Regiões Académicas (Luís, 2013; Kose, 2015). Com a entrada em vigor desta importante legislação, nesse mesmo ano (2009), entrou em funcionamento, na IVª Região Académica – que engloba as províncias do Norte/Nordeste, nomeadamente Lunda Norte, Lunda Sul e Malange – a Faculdade de Medicina de Malange, como Unidade Orgânica afeta à Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN) até ao momento. Embora estas regiões académicas existam estudos em andamento do governo angolano em que as mesmas num futuro breve serem extintas. Dois anos mais tarde, em 2011, surgiu no panorama da enorme província de Malanje a, então, Coordenação dos Cursos de Licenciatura em Ciências da Educação que deu origem à que é hoje Escola Superior Politécnica de Malange, com os cursos bietápicos de Licenciatura em ensino da Pedagogia e de Licenciatura em Ensino da Matemática. Os dados relativos à, ainda pequena, atividade da ESPM são os que a seguir se enunciam:

Tabela 1 - Atividade da ESPM.

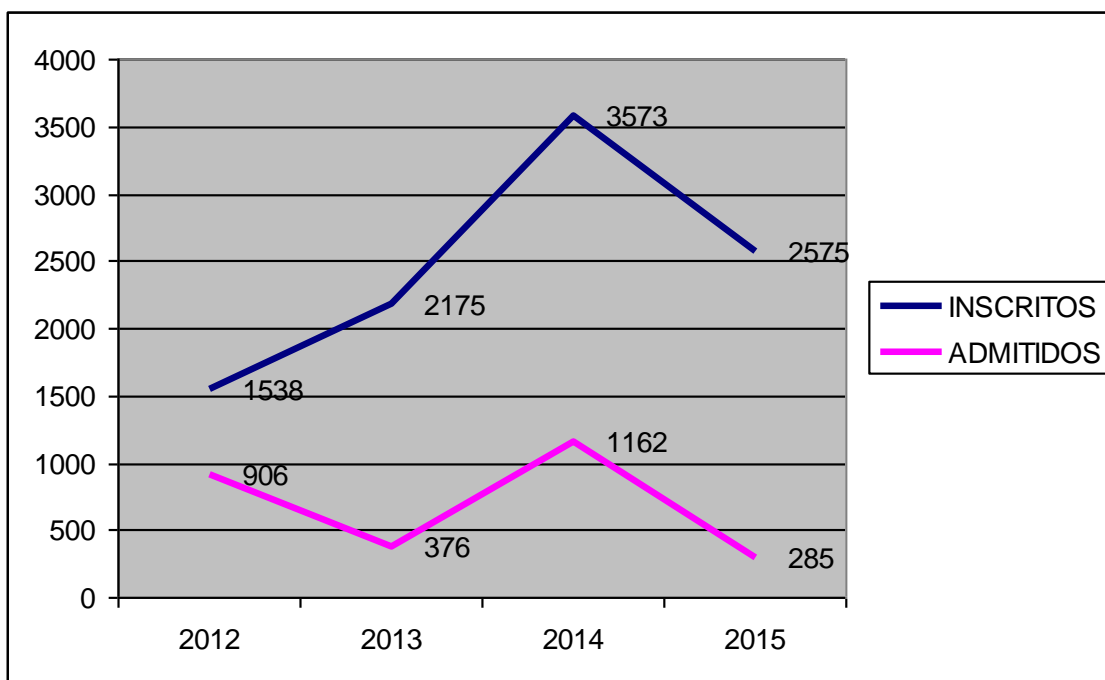
ANO	CURSO	INSCRITOS	ADMITIDOS	OBSERVAÇÕES	
2011	Pedagogia	1600	400	Apenas para o período noturno	
	Matemática	182			
	TOTAL	1782			
2012	Pedagogia	1246	736	Apenas para o período noturno. Inicialmente havia 300 vagas (200 para o curso de Pedagogia e 100 para o curso de Matemática)	
	Matemática	292	170		
	TOTAL	1538	906		
2013	Pedagogia	587	82	Apenas para o período noturno	Inicialmente havia um total de 240 vagas (60 vagas para cada curso)
	Matemática	501	76		
	Psicologia	587	109		
	Sociologia	500	109		
	TOTAL	2175	376		
2014	Pedagogia	920	279	Para os períodos diurno e noturno. Dados dos inscritos só para o diurno: Pedagogia (429), Matemática (189), Psicologia (622), Sociologia (315) e Turismo (339). Total: 1894.	
	Matemática	344	172		
	Psicologia	1306	358		
	Sociologia	664	263		
	Turismo	339	90		
	TOTAL	3573	1162		
2015	Pedagogia	575	55	Apenas para o período diurno	Inicialmente havia um total de 191 vagas (35 vagas para cada curso, exceto para Turismo que tinha 51 vagas)
	Matemática	256	45		
	Psicologia	848	55		
	Sociologia	544	55		
	Turismo	352	75		
	TOTAL	2575	285		

Fonte: Própria.

Gráfico 1 - Evolução do N.º de Inscritos *versus* Admitidos

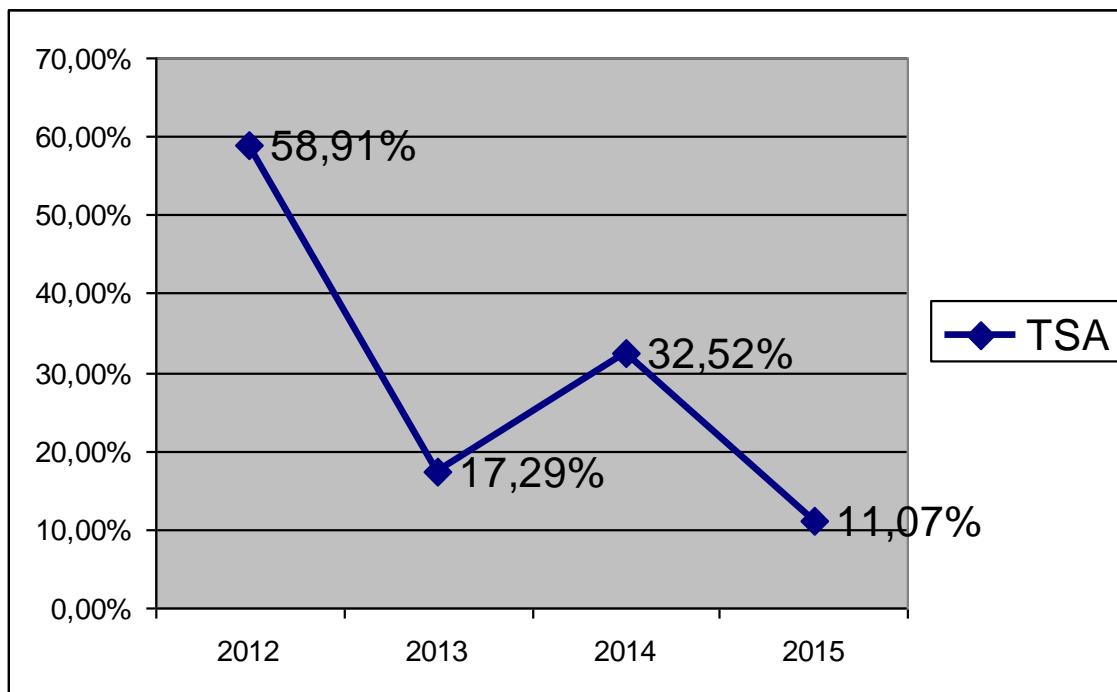
Fonte: Própria.

Gráfico 2 - curvas evolutivas/ano.



Fonte: Própria.

Gráfico 3 - Evolução percentual da TSA/ano



Fonte: Própria.

Pelo exposto, infere-se que a procura tem sido largamente superior à oferta, sendo que em 2012 – segundo ano de atividade da ESPM – houve uma aproximação, entre “Inscritos” e “Admitidos”, com a Taxa de Sucesso na Admissão (TSA) à ESPM a ser de 58,91%. Já em 2013 verificou-se que esta Taxa tinha decrescido, abruptamente, para 17,29%. Em 2014 a TSA voltou a subir para o dobro, ficando-se pelos 32,52%. E, finalmente, no ano em curso, a TSA tornou a diminuir drasticamente, para o mínimo histórico de 11,07%. Curiosamente, em 2015, a ESPM abandonou – embora não totalmente – as antigas instalações (as quais partilhava com a Escola do Ensino Médio de nome Amílcar Cabral), ocupando novas instalações, as quais já possuem a sua capacidade de ocupação, como se observa, esgotada.

Neste momento, a ESPM possuíam cinco cursos de Licenciatura, tendo no presente ano concorrido aos bancos da Instituição um total de 2.575 candidatos, tendo ingressado no 1.º ano apenas 285 estudantes, conforme a Tabela n.º 1; ou seja, cerca de 11% do total de inscritos, o que constitui uma taxa baixíssima de ingresso no Ensino Superior, defraudando-se as naturais expectativas de todos quantos terminaram o Ensino Médio e pretendem prosseguir estudos, a um nível superior, tendo de o fazer em outras províncias.

Para esta ingrata situação concorre, em muito, o escassíssimo número de salas de aula de que dispõe a ESPM, com um total de apenas dezasseis salas de aula, funcionando a mesma nos regimes diurno ou laboral (horário das 07h00 às 12h30) e noturno ou pós-laboral (horário das 17h30 às 22h25), de 2.ª feira a sábado, rendibilizando-se assim, e ao máximo, os poucos recursos existentes. Acresce-se que na ESPM, como na generalidade das IES angolanas, o regime de estudos é presencial.

Portanto, o “poder absoluto”, atribuído à sala de aula, enquanto ambiente propiciador de novas aprendizagens e conhecimentos deve ser (re)pensado e questionado, como o fez, por exemplo, Libâneo (1994), ao valorizar a sala de aula, sim, como meio educativo, mas com a estrita finalidade de formar e enformar as qualidades positivas e de personalidade dos alunos. Numa outra linha de pensamento, Piletti (2010, p. 242) quiçá aprofundando a questão, afirma que “(...) a sala de aula é somente um “quartel-general para a aprendizagem”, e quanto mais entrarem nela experiências da vida (...), tanto melhor para a aprendizagem”. E o mesmo acrescenta ainda, que: “a sala de aula é o lugar em que a aprendizagem é apenas organizada de modo a tornar-se livre em outros ambientes” (Piletti, 2010, p. 242).

Então, a sala de aula constitui um lugar de exceção, no entanto o estar aí presente, fisicamente, terá o mesmo valor, para a aprendizagem, de não se estar presente, fisicamente, mas possuir-se o documento-vídeo da sala de aula? Esta deverá ser a segunda questão com que o investigador deverá preocupar-se, entrando-se na “discussão” do não presencial. Para Amante, Quintas-Mendes, Morgado e Pereira (2008), a sala de aula virtual possui um espaço, tempo e contornos sociais muito diferenciados da sala de aula presencial, ganhando esta na sua dimensão sócio morfológica, mas perdendo, em larga escala, no binómio espaço-temporal. Por outro lado, os autores baseados em Levy referem que:

nas comunidades virtuais de aprendizagem o vínculo social é construído através da relação com o conhecimento. Se um aluno não participar nas aulas presenciais, isso pode ser notado, mas não é por isso que deixa de se sentir aceite ou pertencente àquele grupo/turma, já que existem outros contextos de interacção extra aula. Numa comunidade virtual de aprendizagem, não participar ou participar pouco nas actividades significa não se tornar visível, ou seja significa não se integrar naquela comunidade de aprendizagem. E é através da participação nos fóruns, nos *chats*, etc., que o estudante virtual assume uma identidade dentro daquele grupo e adquire o sentimento de pertença ao mesmo (Amante et al., 2008, pp. 107-108).

Entretanto, “cada vez mais tomamos consciência que ensinar e aprender, hoje, é algo que não se circunscreve a um espaço e a um tempo determinados” (Amante, et al., 2008, p. 106). Querirá isto significar que, no passado, num tempo já distante e completamente ausente das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) privilegiavam-se, porventura em demasia, duas variáveis (tempo e espaço), assumindo-se que eram dependentes da sala de aula física, enquanto esta seria a variável independente. Marconi e Lakatos (2010) definem uma “variável independente” como a “antecedente” e a “variável dependente” como a “consequente”, consistindo esta nos fenómenos, factores ou comportamentos a serem explicados por aquela, em virtude da sua influência. Estas variáveis, umas e outras, adquirem valor próprio para a investigação, quando se cruzam, relacionando-se entre si, ao fazerem parte de uma hipótese ou teoria que o investigador pretende validar como proposição verdadeira. Ainda assim, Libânio (1994) atribui à sala de aula convencional, física, a via indirecta de percepção do conhecimento, por oposição à via directa da observação/experimentação *in loco*, mais rica, obviamente, mas também menos frequente, por variadíssimas razões, de que são exemplos os objectivos do docente, as condições e os meios didácticos disponíveis, a natureza do assunto a abordar ou, ainda, a especificidade de cada matéria do programa ou dos *curricula*.

3. A ACÇÃO INVESTIGATIVA

A sala de aula virtual que se caracteriza pela distância e pela partilha, e de que falam diversos autores, não pode, porém, ser (ainda) implementada no contexto da República de Angola atual, pelo menos ao nível das províncias do interior, onde a *Internet* para além de ser bastante onerosa é, igualmente, de muito difícil acesso. O que fazer, então, nestas circunstâncias?

O primeiro transtorno é, pois, a insuficiência do número de salas de aula. O segundo obstáculo é a debilidade das novas TIC, designadamente do uso da *Internet*, principalmente nas províncias do interior de Angola. Pelo que, para obstar e ultrapassar estes dois problemas, cogitou-se em termos investigativos na gravação (em vídeo) das aulas de alguns docentes que, posteriormente, sejam alvo de distribuição a um conjunto da população, da amostra dos que foram candidatos à matrícula na ESPM, constituindo uma amostra aleatória desta mesma população de excluídos, pois não foram aprovados no exame de acesso.

A escolha dos docentes para a experiência obedeceu a alguns requisitos, uns contextuais e outros operacionais, como sejam os seguintes: a) língua em que é ministrada a disciplina (português); b) horário (diferenciado do investigador); c) método de avaliação da cadeira (avaliação contínua, através da realização de duas provas parcelares e mais uma prova de exame normal ou de recurso e nenhum trabalho individual ou de grupo) e, ainda, d) factor comunicacional do docente. “Entende-se por comunicação ou relação comunicativa aquela que tanto supõe quanto produz uma interação bilateral, isto é, em que os dois pólos – transmissor e recetor – apresentam relação de ambivalência, podendo o transmissor passar a receptor e vice-versa” (Lakatos & Marconi, 2011, p. 116). Desta forma, pretendeu-se que os que irão visionar os documentos vídeo se identifiquem com o objecto em causa e possam criar uma relação empática com este mesmo objecto, uma vez que, como refere Ramonet (2002, p. 28) “o peso das palavras não se compara ao choque das imagens”. Este autor acrescenta, para a verosimilhança da informação a veicular, a importância de “quem fala está no terreno, isso é garantia de autenticidade, é isto o “efeito do real”; é um testemunho “verdadeiro” e isso é suficiente” (Ramonet, 2002, pp. 34-35).

Para se aquilatar, ainda mais, do poder que as TIC poderão desempenhar vejamos os exemplos paradigmáticos trazidos por Cádima (2002, p. 21), quando refere que: “Frantz Fanon falou-nos da importância do transístor na guerra da Argélia. Enzensberger

citou um ministro sul-africano que dizia que a televisão conduziria ao desaparecimento dos brancos da África do Sul”. São exemplos extremos, é certo, mas ilustram perfeitamente tudo quanto será possível realizar, num futuro próximo e contêm em si mesmos uma boa dose de verdade. O filósofo Gilles Lipovetsky também abordou, na sua obra, o fenómeno e a singularidade dos *media* e, concretamente, do documento fílmico, inserido no género documental, e fê-lo da seguinte forma: “Straub filma a perder de vista a mesma estrada monótona, A. Warhol filmara já um homem a dormir durante seis horas e meia e o *Empire State Building* durante oito horas, sendo a duração do filme a do tempo real” (Lipovetsky, 1989, p. 112). Assim sendo, deste ponto de vista, não poderá também o investigador registar em vídeo as aulas de cinquenta minutos de duração, de um docente, durante um semestre e resultar daí uma resposta positiva que desconstrua a falta de esperança que vem tomando conta dos jovens naquela província?

4. O ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Segundo Carvalho (2009), a identificação de um problema constitui sempre o ponto de partida para qualquer investigação, mormente se a observação que permitiu identificar esse problema contrariou a expectativa do observador. Seguidamente, “a investigação inicia-se explicitando o tema, o objecto e o objectivo para os quais se pretende dirigir a investigação” (Carvalho, 2009, p. 121).

Assim, a realização de um estudo de carácter científico, de natureza essencialmente empírica, como o presente, pressupõe um certo tipo de percurso metodológico de abordagem mista, com utilização conjunta dos arquétipos quantitativo e qualitativo, numa óptica de investigação-acção. Almeida e Freire (2000) defendem para a investigação quantitativa a pretensão de tentar explicar, predizer e/ou controlar os fenómenos, procurando nestes a regularidade e, através desta, a enunciação de leis ou regras, por intermédio da objectividade e precisão dos procedimentos de pesquisa e da quantificação das métricas utilizadas; ou seja, da sua mensuração.

Já o arquétipo qualitativo prevê, durante a investigação, o contexto, alicerçado num tipo de raciocínio indutivo e, ao mesmo tempo, descritivo, uma vez que ao investigador caberá desenvolver conceitos, teorias e ideias, a partir de padrões registados nos dados, no sentido da compreensão dos fenómenos observados, descrevendo-os o mais fielmente possíveis. Para o estudo em concreto, tais considerações permitiram, então, a

formação de dois grupos de análise: (1) Grupo de Intervenção (GI) e (2) Grupo de Controlo (GC). Dentro destes, o GI será, ainda, subdividido entre aqueles que terão acesso unicamente aos vídeos das aulas (GI1) e os que, para além destes vídeos terão acesso, também, às aulas presenciais (GI2). O GC terá acesso unicamente às aulas, sem qualquer outro tipo de intervenção. Assim sendo, há a considerar a seguinte hipótese:

H₁ – Se alunos sensivelmente com a mesma idade (faixa etária dos 19-24 anos de idade); mesmo nível habilitacional (12.^a Classe); mesmo conteúdo programático e meio familiar semelhante forem submetidos a um método de ensino não convencional (ENP), então apresentarão resultados académicos similares aos submetidos ao ensino tradicional (EP).

Os instrumentos de pesquisa, a considerar, serão os seguintes: a) fontes documentais; b) produção do documentário vídeo produzido nas salas de aula e a sua respectiva utilização; c) observação directa e participante; d) entrevistas semi-estruturadas a *focus groups* e aos intervenientes na experiência e e) inquirição, por questionário directo.

5. RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do ano de 2016, com o culminar da experimentação que está a decorrer em Malange, espera-se ter desenvolvido uma solução suficientemente robusta e capaz de contrariar as expectativas mais pessimistas que fazem supor que a TSA à ESPM seja cada vez mais reduzida, com o passar dos anos. Espera-se que a metodologia do Ensino Não Presencial possa constituir-se como uma boa solução e que, se assim for, os poderes políticos a possam implementar na Província e no País, em proveito dos milhares de candidatos à primeira matrícula no Ensino Superior e, igualmente, da própria Nação Angolana, sem descurar o grau de rigor e de exigência que devem pautar e nortear, quais bússolas, estes processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, L. S., & Freire, T. (2015). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Amante, L. Quintas-Mendes, A., Morgado, L., & Pereira, A. (2008). Novos contextos de aprendizagem e educação *online*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42(3), 99-119. doi:10.14195/1647-8614_42-3_6

Cádima, F. R. (2002). *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edições Sécuro XXI.

Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do trabalho científico: «saber fazer» da investigação para dissertações e teses*. Lisboa: Escolar Editora.

Kose, F. J. (2015). *A ética docente no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade Lueji A'Nkonde*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Educativas, Portugal.

Lakatos, E. M. M., & Marconi, M. A. (2011). *Sociologia geral*. São Paulo: Editora Atlas.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez Editora.

Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio*. Lisboa: Relógio D'Água.

Luís, M. P. A. (2013). *Contribuições para a estruturação de um Sistema de Gestão Ética e de Responsabilidade Social aplicado à Biblioteca da Escola Superior Politécnica de Malanje*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve, Portugal.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.

Piletti, C. (2010). *Didática geral*. (24.^a ed.). São Paulo: Editora Ática.

Ramonet, I. (2002). *A tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras.